



**ACÓRDÃO Nº468/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12394/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Estadual de Turismo – Amazonastur.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Roselene Silva de Medeiros (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 336/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Roselene Silva de Medeiros**, gestora responsável pela Empresa Estadual de Turismo – Amazonastur, exercício 2019, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM c/c 188, inciso II; §1º, inciso III, alínea “b”, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, em razão das restrições relacionadas no item 2 da proposta de decisão;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Roselene Silva de Medeiros**, no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), com fundamento no artigo 54, inciso VI, da LOTCE/AM, pelas graves infrações às normas, quais sejam, artigo 27, §3º, da Lei nº 13.303/2016 - *Utilização dos Contratos de Patrocínio em desconformidade com a lei, tendo em vista a não demonstração de atingimento da finalidade pública (Restrições 5.1 e 5.3 do Laudo Técnico Conclusivo nº 014/2020-DICAÍ)*; artigo 30, inciso II, da Lei nº 13.303/2016 - *Contratação, por inexigibilidade de licitação, de serviços de publicidade e divulgação (Restrições 5.2, 5.4, 5.7 e 5.11)*; artigo 2º, incisos V e XXVIII, da Resolução TCE/AM nº 03/2016, combinado com os artigos 18 e 26 de Lei nº 13.303/2016 - *Não apresentação de parecer do Conselho de Administração (Restrições 1 e 3 da Informação*



**ACÓRDÃO Nº468/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

*Conclusiva nº 07/2021-DICAI*); artigo 11, da Lei Estadual nº 2.797/2003 - *Omissão quanto à proposição de criação do quadro de pessoal da Amazonastur (Restrições constantes na Informação Conclusiva nº 19/2021-DICAI)*; e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3.** Dar ciência da presente decisão à Empresa Estadual de Turismo - Amazonastur;

**10.4.** Dar ciência da presente decisão à **Sra. Roselene Silva de Medeiros**.

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 6 de abril de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº468/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral